

Passarinho quer acabar com obstrução

Brasília — Entre a discussão e votação de um projeto no Senado, a Oposição poderá consumir 18 horas corridas de sessão usando apenas os recursos do debate pelos seus 30 senadores. No dia 30 de junho deste ano, com o apoio da Oposição, o PDS teve de suportar 14 horas seguidas de sessão para vencer a obstrução de um único Senador, o Sr Dirceu Cardoso, que fez 52 intervenções somente nessa reunião.

Esse quadro inspirou o Presidente do Senado, Jarbas Passarinho, a recomendar à sua assessoria a realização de estudos para alteração do Regimento com a finalidade, segundo ele, de desemperrar o processo legislativo e permitir o funcionamento normal da Casa. Houve reações fortes, mas o PDS, por falta de outra saída para desobstruir a pauta de 400 pedidos de empréstimos que permanecem encaixados, exige a mudança regimental.

Maioria impotente

O vice-líder do PDS, Senador José Lins, sustenta que, a essa altura, mesmo que a maioria no Senado fosse de 40 parlamentares, de nada adiantaria para vencer a obstrução oposicionista, que é, ao seu ver, exclusivamente exercida por força do Regimento. "Não é a Oposição que impede as votações no Senado, mas o Regimento."

Sem consultar o regimento, ele, de cor, mostrou um processo comum de obstrução, tornando para comparação, a discussão e votação de um projeto normal. Na discussão da matéria cada líder poderá falar 20 minutos para cada senador. Para declaração de voto cada parlamentar poderá consumir mais 5 minutos. Por cada questão de ordem, também mais 5 minutos. Os dois líderes (do PP e PMDB) usando os 20 minutos cada para a discussão;

são; e falando os 30 da Oposição em todos esses períodos permitidos pelo Regimento, seriam consumidos 940 minutos, cerca de 16 horas.

Por cima de tudo isso, o Senador poderá usar mais 10 minutos para comunicação inadiável, mais outro período para observação ou reclamação sobre o andamento dos trabalhos, podendo ainda o líder usar da palavra em qualquer fase da sessão, por 20 minutos. Se a sessão for encerrada sem a votação, o mesmo ritual se repetirá para a mesma matéria que começou a ser examinada em plenário. Como cada sessão tem duração de 4 horas, poderá ocorrer que o projeto seja submetido ao mesmo ritual num mesmo dia em sessões separadas. Para evitar isso, o PDS tem apelado mais para a prorrogação da sessão depois de completado seu horário regimental.

Câmara diferente

O próprio presidente do Senado, Jarbas Passarinho, tem afirmado publicamente que se fosse líder da Oposição, com o atual Regimento da Casa, teria condições de não permitir a aprovação de uma matéria. Ele cita como um dos abusos que mais prejudicam o processo legislativo, o recurso da verificação de quorum. Na Câmara, segundo o parágrafo 4º do Art 176 do seu Regimento Interno, não será permitido ao parlamentar pedir verificação de quorum uma hora antes do pedido anterior. No Senado, é possível o requerimento de verificação à cada votação, isto é, confirmado o quorum para determinado projeto, a mesma verificação poderá ser feita para o projeto seguinte.

Outra diferença é que, para ter aceito seu pedido de verificação, o autor do requerimento terá

de ter o apoio de 20 deputados. No Senado, o pedido poderá ser feito unicamente pelo Senador, sem apoio de quem quer que seja. O mesmo sistema da Câmara é adotado no Regimento Comum para as sessões do Congresso. A Câmara é também mais rigorosa quanto determina que o Deputado não poderá falar mais de uma vez na mesma discussão, exceto para propor questões de ordem que não poderão exceder a duas para cada orador.

Novo Regimento

A Oposição acha que o atual Regimento atende às necessidades de funcionamento do Senado. O líder do PMDB, Marcos Freire, entende, porém, que a falha está no PDS que, ao seu ver, se omitiu desde o começo do ano e somente agora, na convocação extraordinária, decidiu comparecer ao plenário, quando a pauta já acumulava mais de 300 projetos de empréstimos, entre os da pauta e os que tramitavam nas comissões. Para os oposicionistas, portanto, a aprovação de um novo Regimento seria, a esta altura, uma medida casuística em favor do PDS. "Por que ele não reformulou o Regimento quando sua maioria era mais ampla?" — indaga o Senador Dirceu Cardoso (PMDB-ES), o maior obstrucionista do Senado.

A verdade é que o Presidente Jarbas Passarinho tem em seu poder o anteprojeto de reforma regimental. Terá que chegar ao plenário como uma resolução da mesa, onde terá pelo menos a reação forte dos representantes da Oposição na Comissão Diretora: Senadores Gilvan Rocha (PMDB-SE), Itamar Franco (PMDB-MG) e Cunha Lima (PMDB-PB). O objetivo do projeto, segundo Passarinho, é de atualização, inclusive porque há casos em que ele se confronta com a própria Constituição.